



Alguns apontamentos sobre a memória e a história em Macunaíma, de Mário de Andrade

Andressa de Jesus Araújo Ramos ¹

Marcos Antônio Fernandes dos Santos ²

Resumo:

A “Descoberta do Brasil” em 1500 e a “Independência do Brasil” em 1822 instituíram na literatura, sobretudo no romantismo, uma ideologia política denominada de nacionalismo. Com o intuito de romper com essas estruturas do passado, Mario de Andrade escreve Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. O escritor paulistano nos apresenta uma nação suscetível ao erro, ao fracasso, às perdas e repleta de conflitos, tanto sociais, políticos e econômicos, quanto existenciais. O personagem principal do romance é um indivíduo ambivalente e de difícil descrição, já que é, ao mesmo tempo, preguiçoso para o trabalho e esperto para envolver-se com mulheres. No entanto, mesmo que o autor modernista tentasse pensar o nacionalismo de forma crítica, denunciando a realidade brasileira e mostrando um indígena que ele acreditava ser “genuinamente” brasileiro, ainda assim, não fugiu dos modelos europeus. Desse modo, este trabalho visa a refletir sobre como se dão a memória e a história na obra Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. Para tanto, esta pesquisa ampara-se nos estudos de Halbwachs (1990), Ricoeur (2007) e Le goff (2003).

Palavras-chave: Literatura Brasileira; Memória; História; Macunaíma

Some notes about memory and history in Macunaíma, by Mário de Andrade

Abstract:

The multimodal reality is directly linked to the socio-historical reality of the present generation (Silveira; Oliveira, 2015), a fact that directs the focus of research towards transformations that this new reality presents. In this sense, we seek to analyze, from the perspective of the metafunctions of Visual Design Grammar - GDV, how the multimodal elements arranged in narrative texts of the short story genre from the collection of textbooks, elementary school II, “Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem”, by authors Ormundo and Siniscalchi (2018). Among the texts analyzed, for this article, a short story from one of the books in the collection was taken as a sample of the research. As a theoretical contribution, we anchor the work in theorists such as Kress and Van Leeuwen (2006); and in the works of Fernandes (2021), Souza (2021) and Lima (2018). Data analysis reveals that the multisemiotic resources present in the texts selected for analysis, such as the 6th year LD, support the reading and understanding of texts, since the connection between verbal and non-verbal, in addition to belonging to reality multimedia, mobilizes a greater set of interactive elements between the reader, text, context and author.

Keywords: Brazilian Literature; Memory; Story; Macunaíma;

¹ Doutora em Letras pela UFPA. Professora substituta do curso de Letras na UEMA.

² Mestre (UEMA) e Doutorando em Letras (UFMS). Professor substituto do departamento de Letras da UEMA.



1. PENSAR MACUNAÍMA: O HERÓI SEM NENHUM CARÁTER OU SEM IDENTIDADE CULTURAL?

Macunaíma: o herói sem nenhum caráter foi publicado pela primeira vez em 1928, pelo escritor brasileiro Mario de Andrade. A narrativa conta a história de um herói às avessas, pois, diferentemente dos modelos clássicos que descreviam um “ser” dotado de força e inúmeras virtudes, o “filho do medo e da noite” configurava-se como um indivíduo ambivalente e de difícil descrição, já que era, ao mesmo tempo, preguiçoso para o trabalho e dinâmico na tática de conquistar “mulheres”.

O crescimento de Macunaíma também se apresentava confuso e desordenado, em razão de ele ser lento para falar, demorando 6 anos para dizer “Ai! que preguiça!”, e veloz para “brincar”, termo esse usado por Mario de Andrade com o sentido de relação sexual.

É interessante perceber que o termo “caráter” na obra andradiana assume dois significados distintos. O primeiro está relacionado a moral, visto que Macunaíma era um herói sem nenhum caráter pelo fato de não apresentar virtudes, manifestando-se como individualista, perverso, preguiçoso, irresponsável, inconsequente e mentiroso. E o segundo está associado à natureza, pois Macunaíma era um herói sem nenhum caráter, porque não possuía uma “identidade” cultural, uma vez que era filho da “índia tapanhumas” (indígena), de cor “preto retinto” (africano) e, ao tomar banho em uma água encantada, tornou-se branco (europeu).

Segundo Perrone-Moisés (2007), em *Macunaíma*, Mario de Andrade não estava preocupado com uma “identidade” brasileira, mas sim com uma “entidade”. O nosso Brasil, de fato, não é homogêneo, uniforme e, nem tão pouco, harmonioso, mas sim uma mistura: um hibridismo, sincretismo, deculturação e aculturação. A entidade, em um sentido filosófico, trata-se de algo que tem uma existência, porém não possui contornos bem definidos, constituído de diferenças e semelhanças, uma vez que as entidades “[...] não são redutíveis a dados sensíveis” (Abbagnano, 2007, p.334).

O termo “entidade” traz para as religiões afro-brasileiras uma enorme importância. Na umbanda, por exemplo, as entidades espirituais se manifestam trazendo notícias dos orixás, falando por meio do corpo dos indivíduos que os hospedam. Essas entidades são representadas pelos pretos velhos, exu, dentre outros. E, como percebemos, no romance *Macunaíma*, a palavra exu se fez presente inúmeras vezes.

Dessa forma, em *Macunaíma*, Mario de Andrade nos mostra as três culturas que formam o Brasil (africana, europeia e indígena), pois o povo brasileiro não tem uma “identidade”, já que temos heranças culturais indígenas, africanas e europeias. Antonio Candido dizia que, em nossa cultura brasileira, “[...] há uma ambiguidade fundamental: a de sermos um povo latino, de herança cultural europeia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas,



ameríndias e africanas” (Candido, 2000, p. 119). Nesse sentido, Macunaíma é uma celebração do povo brasileiro, da brasilidade, da diversidade cultural e identitária que constitui a nação.

2. APONTAMENTOS SOBRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA EM MACUNAÍMA

Com a “Descoberta do Brasil”, em 1500, e a “Independência do Brasil”, em 1822, o nacionalismo ganhou uma força exorbitante, principalmente, no romantismo. Na poesia, por exemplo, podemos destacar a famosa “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, que expressa “Minha terra tem palmeiras, / Onde canta o Sabiá; / As aves, que aqui gorjeiam, / Não gorjeiam como lá” e mais adiante glorifica a pátria afirmando que “Nosso céu tem mais estrelas, / Nossas várzeas têm mais flores, / Nossos bosques têm mais vida, / Nossa vida mais amores”. Nesses versos, percebemos que, além do escritor maranhense lembrar do Brasil de forma saudosa, também demonstra uma forte aversão aos valores advindos de Portugal e uma exaltação aos valores que são naturais do Brasil.

Além de Gonçalves Dias, José de Alencar também foi adepto ao nacionalismo, publicando dois romances denominados de *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865). Na realidade, o escritor cearense buscava estabelecer:

[...] essa tradição inventada, realçando em suas obras traços indianistas, a exaltação do passado lendário, a idealização da natureza, o sertanismo, o regionalismo, a descrição dos costumes urbanos, a língua portuguesa brasileira, numa espécie de painel da vida brasileira. (Neiva; Vieira, 2014, p. 65).

No Brasil, o nacionalismo romântico, de acordo com Coutinho (2007), adquiriu uma característica muito particular, que foi o indianismo. Esse termo se tratava da combinação entre a ideologia do “bom selvagem”, do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau, e as vertentes lusófonas. O indianismo encontrou no indígena um símbolo de “[...] independência espiritual, política, social e literária” (Coutinho, 2007, p.170). Em tese, o indianismo oferecia ao brasileiro a ilusão compensadora de um altivo antepassado fundador e isso satisfazia a necessidade “[...] que um país jovem e em grande parte mestiço tinha de atribuir a sua origem um cunho dignificante” (Candido, 2010, p. 50).

No entanto, em *O guarani*, por exemplo, o indígena não foi valorizado, mas inferiorizado em relação ao branco (europeu), sendo inclusive considerado como “selvagem”, enquanto o branco era o dito “civilizado”. Como podemos observar no trecho que se segue:

Peri compreendeu perfeitamente o que se passava, e seguiu seu caminho pensando que os colonos já deviam àquela hora estar fora do alcance dos selvagens. Era isto o que o índio tinha visto; o que ele ignorava, o acontecimento do banho lhe revelara claramente. Os selvagens haviam encontrado o corpo de sua filha, e reconhecido o sinal da bala; por muito tempo procuraram debalde as pisadas dos caçadores, até que no dia seguinte



a cavalgata que passava serviu-lhes de guia. Toda a noite rondaram em torno da habitação, e nessa manhã vendo sair as duas moças, resolveram vingar-se com a aplicação dessa lei de talião que era o único princípio de direito e justiça que reconheciam. Tinham morto sua filha, era justo que matassem também a filha do seu inimigo; vida por vida, lágrima por lágrima, desgraça por desgraça. (Alencar, 1982, p. 58-59).

Em *Iracema*, percebemos que há uma exaltação da natureza e do guerreiro branco (europeu) em detrimento da imagem do indígena, que fica sempre em segundo plano. Nesse romance fica evidente a relação existente entre o Brasil (colonizado) e Portugal (colonizador), e esse vínculo se dá por meio de relações de poder e de dominação representadas pelos pares (explorado - explorador), (escravo - senhor), como se vê:

Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba; Verdes mares que brilhaiis como líquida esmeralda aos raios do Sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros. [...] Um jovem guerreiro cuja tez branca não cora o sangue americano; uma criança e um rafeiro que viram a luz no berço das florestas, e brincam irmãos, filhos ambos da mesma terra selvagem. A lufada intermitente traz da praia um eco vibrante, que ressoa entre o marulho das vagas: Iracema!... O moço guerreiro, encostado ao mastro, leva os olhos presos na sombra fugitiva da terra; a espaços o olhar empanado por tênue lágrima cai sobre o jirau, onde folgam as duas inocentes criaturas, companheiras de seu infortúnio. Nesse momento o lábio arranca d'alma um agro sorriso. Que deixara ele na terra do exílio? (Alencar, 1982, p. 3).

Dessa maneira, constatamos que os ideais nacionalistas caíram por terra tanto na poesia quanto na prosa. Na “Canção de exílio”, por exemplo, Gonçalves Dias valoriza o Brasil e inferioriza o que ele acredita ser o do Outro (Portugal), apresentando uma visão etnocêntrica. No entanto, não atenda para o caráter fundamental de nossa cultura: o de sermos “[...] um povo latino, de herança cultural europeia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas” (Candido, 2010, p. 119).

Em *O guarani* e *Iracema*, José de Alencar quis enaltecer o indígena, cultuando o indianismo, mas, na verdade, ao invés de o valorizar, o deslegitimou. De acordo com o crítico literário Antonio Candido, o indianismo “[...] foi bem fraco e se desgastou no tempo de uma geração” (Candido, 2010, p. 51). Nesse sentido, em algumas produções brasileiras o projeto indianista não se cumpre de fato, por vezes apenas reproduzindo estereótipos, sem amparar a causa maior. Amparado em Roger Bastide, Candido (2010) ressalta que o nacionalismo, por meio do indianismo, serviu, tão somente, para mascarar a nossa herança africana, que a tornou indigna, já que o negro ainda era escravizado e não fora fantasiado pelas literaturas da Europa, que, de maneira oposta, fizeram do indígena “[...] um personagem cheio de encanto e nobreza” (Candido, 2010, p. 51).



Observamos, portanto, que o nacionalismo se consolidou no Brasil a partir de uma História oficial. Por história se entende “[...] tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e completo” (HALBWACHS, 1990, p. 60). Nesse sentido, tem-se a representação geral de fatos que nos antecedem, tendo em vista o tempo presente. Trata-se de “[...] um resumo e é por isso que ela resume e concentra em poucos momentos evoluções que se estendem por períodos inteiros” (HALBWACHS, 1990, p. 108). De tal maneira, a história nos apresenta recortes de importantes eventos do passado sem, no entanto, apreendê-los em sua totalidade. Na realidade, a história reduz:

[...] os acontecimentos a termos aparentemente comparáveis, o que lhe permite ligá-los uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas. Somente assim, ela consegue nos dar uma visão em ponto pequeno do passado, apanhando num instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas, em alguns avanços dos povos e dos indivíduos, lentas evoluções coletivas. É desse modo que ela nos apresenta uma imagem única e total. (Halbwachs, 1990, p. 108).

Com isso, a história se apresenta como uma “[...] reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p. 09). Nesse caso, aos interessados importa o conhecimento a partir de fragmentos daquilo que se conhece por meio do registro histórico. Por outro lado, a memória é “[...] a vida, sempre carregada por grupos vivos” (Nora, 1993, p. 09) e, nessa mesma direção, a autora destaca que memória está em constante desenvolvimento, acessível à lembrança e ao esquecimento, inconsciente de suas modificações que estão por vir.

Com efeito, de acordo com Candido (2010), no período da “descoberta” e no decorrer do processo, tanto de conquista, quando de colonização, existiu “[...] um transplante de línguas e literaturas já maduras para o meio físico diferente, povos por povos de outras raças” (Candido, 2010, p. 11), marcados por modelos culturais totalmente distintos, conflitantes com os modelos de expressão do colonizador. No que se refere ao Brasil,

[...] os povos autóctones eram primitivos vivendo em culturas rudimentares. Havia, portanto, afastamento máximo entre a cultura do conquistador e a do conquistado, que por isso sofreu um processo brutal de imposição. Este, além de genocida, foi destruidor de formas culturais superiores no caso do México, da América Central e das grandes civilizações andinas. (Candido, 2010, p. 11-12).

Em vista disso, Mario de Andrade, como uma forma de resistência à História Oficial do Brasil, escreve *Macunaíma*, por meio do qual reflete, de forma inovadora, sobre a memória familiar de um grupo de indivíduos de personalidades distintas que vivenciam momentos de sofrimentos, experimentando sentimentos antagônicos: de amor e de ódio, de traição e de fidelidade, de morte e de vida, de perdas e de ganhos, de amizade e de inimizade.



A memória familiar se trata de “[...] uma construção coletiva, uma corrente de pensamento contínuo [...] que retém do passado somente o que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (Halbwachs, 1990, p.81-82), pois a memória não está “[...] inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (Halbwachs, 1990, p.54). Portanto, a memória coletiva consiste em um importante recurso do qual se pode, inclusive, reconstruir o passado, ressignificando-o. Nesse sentido, nossas lembranças:

[...] permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 1990, p. 26).

O que devemos entender é que, apesar de a memória dialogar com a história, elas não podem ser confundidas, pois, enquanto a primeira “[...] recompõe magicamente o passado” (Halbwachs, 1990, p. 15), a segunda, tão somente, “[...] supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado” (Halbwachs, 1990, p.14-15). Assim, história e memória não se confundem, e embora mantenham estreitas relações, reconstróem o passado de maneiras distintas. A memória acaba por adquirir uma importância imensurável, já que:

O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário. (Ricoeur, 2007, p. 101).

Mario de Andrade nos faz pensar de forma bastante reflexiva sobre o nosso país, abordando os nossos problemas sociais, políticos e econômicos. O escritor retratou a prostituição na cidade grande, quando Macunaíma, triste pela morte de Ci, sai de sua tribo e vai até São Paulo conhecer as cunhãs (prostitutas).

Para escrever *Macunaíma*, Mario de Andrade se inspirou na obra *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), de Paulo Prado, ao qual dedicou seu romance. Paulo Prado elucida que a história do Brasil foi marcada pela cobiça, luxúria e a tristeza, pois “[...] numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram” (Prado, 1928, p. 9).

Além disso, o autor de *Macunaíma* nos faz refletir de forma profunda sobre a figura do indígena e da sua impossibilidade de se constituir como sujeito de sua própria história, visto que ele, sendo filho de indígena e negro, acaba por torna-se branco. Macunaíma é criança e também adulto,



nasce feio e torna-se bonito, é frio e insensível ao amor, porém se apaixona perdidamente por Ci, é corajoso e medroso, é herói e torna-se, ao longo da narrativa, um anti-herói. Como vimos, o indígena está, a todo momento, tentando se efetivar enquanto sujeito, mas acaba sendo esmagado pela cultura europeia, e isso ainda acontece nos dias atuais. Na realidade, a história do indígena é uma história de resistência pelo direito de existir e ser aceito pela sociedade.

Mario de Andrade era considerado a figura principal do modernismo, pois possuía diferentes talentos “[...] de líder intelectual, de uma inteligência sumamente lúdica e dinâmica, com vontade firme de atuar, uma grande paixão da coisa literária, e a coragem mental indispensável aos inovadores” (Coutinho, 2007, p. 281). Nesse sentido, a figura de Mario foi indispensável para a arte literária brasileira. O escritor paulistano assumiu a partir de sua obra:

[...] o esforço de escrever numa língua inspirada pela fala corrente e os modismos populares, não hesitando em usar formas consideradas incorretas, desde que legitimadas pelo uso brasileiro. Com isso, foi o maior demolidor da “pureza vernácula” e do “culto da forma. (Candido, 2010, p. 89).

Com *Macunaíma* Mario de Andrade acreditava que havia produzido “[...] uma verdadeira redescoberta do Brasil, criando uma consciência da realidade brasileira, libertando o país da mentalidade colonial e do fascínio da Europa” (Coutinho, 2007, p. 283). É certo que a obra realizou um importante trabalho crítico e de desvendamento de um Brasil ainda desconhecido por muitos. Isso acontece, pois

[...] partindo da mitologia amazônica, fundiu as tradições brasileiras numa féerie rabelaisiana desprovida das dimensões de tempo e espaço. Essa narrativa fantástica visa, entre outras coisas, ser um retrato satírico do brasileiro, e nela a realidade local se eleva, pela imaginação solta, ao nível dos grandes relatos mitológicos, numa prosa trepidante e pitoresca, graças a qual a vasta informação é dissolvida pelo ritmo vertiginoso. (Candido, 2010, p. 91)

No entanto, mesmo que Mario de Andrade tentasse pensar o nacionalismo de forma crítica, denunciando a realidade brasileira e mostrando um indígena que ele acreditava ser “genuinamente” brasileiro, ainda assim, não fugiu dos modelos europeus, visto que no romance *Macunaíma* há, de forma muito forte, a exaltação à natureza e o retorno ao passado histórico, características fundamentais das literaturas europeias.

Além disso, por mais que Mario de Andrade quisesse criar um personagem que o brasileiro pudesse se espelhar, não conseguiu, pois *Macunaíma* era e, ao mesmo tempo, não-era humano, apresentava uma realidade possível e, simultaneamente, impossível, namorava, brincava, sentia preguiça, como qualquer sujeito, mas também apresentava poderes sobrenaturais, como, por exemplo, no momento em que ele morre e é cortado em pedaços e depois se recompõe e volta para a história.



Também em *Macunaíma* observamos a presença muito forte da memória ancestral, representada pelo cristianismo, representado pelo nascimento do herói do ventre da índia tapanhumas. Durante toda a narrativa, não há notícias de que Macunaíma teve um pai, sugerindo que ele seja um filho cósmico. Como se o personagem fosse concebido igual Jesus Cristo, isto é, não por meio de uma relação sexual, mas a partir da conexão de um humano (Maria) com o Sagrado (Espírito Santo). Assim como no cristianismo, em que Jesus, muitas vezes, recorre a Deus (seu pai espiritual) para enfrentar as lutas e obstáculos da vida, Macunaíma também recorre a Exu (seu também pai espiritual) para enfrentar o gigante Piaimã comedor de gente, dizendo “- Venho pedir pra meu pai por causa que estou muito contrariado” (Andrade, 2017, p. 94). Na realidade, “Macunaíma queria Exu só para se vingar do Venceslau Pietro Pietra” (Andrade, 2017, p. 90).

A obra *Macunaíma* teria sido escrita em seis dias por Mario de Andrade a partir de suas intensas pesquisas sobre as culturas, músicas e narrativas populares, bem como a leitura de *Mitos e Lendas dos índios Taulipangue e Arekuná*, do escritor alemão Theodor Koch-Grünberg (1953). Na verdade, “Mário de Andrade [...] se apropriou, por meio de um processo antropofágico, das histórias coletadas pelo viajante alemão Theodor KochGrünberg e criou o seu livro” (Barreto, 2014, p. 25).

De acordo com Santos (2012), Mario de Andrade foi um ríspido pesquisador da cultura indígena e realizou duas viagens que ele mesmo denominou como Viagens Etnográficas, originando um livro chamado de *O Turista Aprendiz*, dividido em dois volumes. Na primeira viagem, percorrendo regiões do Norte e Nordeste do Brasil, em 1927, Mario de Andrade “[...] viajou mais descompromissadamente, querendo acima de tudo conhecer a região amazônica e o nordeste” (Santos, 2012, p. 14). Já a segunda viagem foi realizada entre os anos de 1928-29, quando retorna ao Nordeste; seu objetivo era “[...] além de conhecer, entender a Cultura Brasileira, compreendida aqui num sentido amplo” (Santos, 2012, p. 14).

No entanto, vale ressaltar que, embora a obra *Macunaíma* traga um valor imensurável, pelo fato de apresentar um painel de lendas e mitos da Amazônia, costumes locais e superstições, bem como, o esforço realizado por Mario de Andrade de tentar falar e retratar a realidade do indígena, ele não conseguiu, pois apenas o próprio indígena poderia contar, com mais propriedade e autenticidade, a sua própria história.

A literatura indígena só foi, efetivamente, consolidada a partir da publicação no Brasil da obra *Antes o Mundo não Existia*, de dois índios desana, Umusin Palõn Kumu e Tolamãñ Kenhíri, traduzido para o português pela antropóloga Berta Ribeiro. De acordo com Rama (2001), no prólogo em que ela apresenta o livro, registra-se que:

Na história da antropologia brasileira, esta é a primeira vez que protagonistas indígenas escrevem e assinam sua mitologia. Tolamãñ Kenhíri, índio desana do clã de mesmo nome, e seu pai, Umusin Palõn Kumu, de trinta e três e cinquenta e três anos de idade, respectivamente, decidiram fazê-lo para deixar a seus descendentes o legado mítico de sua tribo, convencidos de que, de outra maneira, se perderia ou se corromperia. (Rama, 2001, p. 300).



Rama (2001) explica que o livro dos desana foi escrito por Tolamãñ Kenhíri, no entanto, fora assinado por Umusin Palõñ Kumu, Firmiano Arantes Lana, seu pai, que exercia “[...] o posto de informante, favorecido pelos conhecimentos que tem pelo fato de ser o Kumu de sua tribo, função educativa espiritual comparável à dos pajés” (Rama, 2001, p. 306). Os motivos que levaram os indígenas a escreverem a obra, conforme Ángel Rama, são curiosos, pois:

Por um lado, o desejo de resguardar tradições que estavam se perdendo no processo de aculturação da região; por outro, o sentimento de que o aparecimento do gravador permitia que “rapazinhos de dezesseis anos” começassem a registrar a memória dos anciãos, com o risco de que “todo mundo vai pensar que nossa história está errada, vai sair tudo desordenado”. Daí a resolução de escrever ele mesmo o que o pai aceitou lhe ditar, em uns caderninhos pautados fornecidos pelo padre Casemiro Beksta da Missão Salesina. (Rama, 2001, p. 306).

Dessa forma, vale ressaltar aqui a observação feita por José Carlos, em 1928, e citada por Rama (2001), de que as literaturas que falavam sobre o indígena não eram indígenas, mas indigenistas. Foi a partir da publicação de *Antes o Mundo não Existia*, de Umusin Palõñ Kumu e Tolamãñ Kenhíri, que se passou a ter uma literatura verdadeiramente indígena. Esse livro corresponde:

[...] ao estrato interior mais profundo das literaturas-americanas, porque está ligada a uma língua indígena, porque busca recuperar a visão mítica de uma cultura e inseri-la na sociedade contemporânea que lhe é alheia, porque não é um mero remanescente arcaico que se inscreve no capítulo sobre “literaturas pré-colombianas”, mas sim uma obra contemporânea produzida por esse segundo trauma que – freudianamente – revive o primeiro, original, que é consequência do processo modernizador vigente. (Rama, 2001, p. 306).

Na verdade, tentar retratar a memória do povo brasileiro não é tarefa fácil. O sociólogo e crítico literário Antonio Candido ressalta que, em nossa cultura, “[...] há uma ambiguidade fundamental: a de sermos um povo latino, de herança cultural europeia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas” (Candido, 2000, p. 119).

De acordo com Candido (2010), a literatura do Brasil está inserida nas literaturas do Ocidente da Europa e no momento de nossa “Independência” se constituiu o nacionalismo que se apresentou receoso a este dado óbvio e “[...] procurou minimizá-lo, acentuando o que haveria de original, de diferente, a ponto de rejeitar o parentesco, como se quisesse descobrir um estado ideal de começo absoluto” (Candido, 2010, p. 11). Nesse sentido, houve uma tentativa de desligamento da literatura brasileira daquela produzida na Europa e que remetia ao colonizador. Por muito tempo produzimos uma arte importada de modelos europeus. Assim, essa tentativa de produzir algo original tratava-se de uma:



[...] atitude compreensível como afirmação política, exprimindo a ânsia por vezes patética de identidade por parte de uma nação recente, que desconfiava do próprio ser e aspirava ao reconhecimento dos outros. Com o passar do tempo foi ficando cada vez mais visível que a nossa é uma literatura modificada pelas condições do Novo Mundo, mas fazendo parte orgânica do conjunto das literaturas ocidentais (Candido, 2010, p. 11).

Sendo assim, Candido (2010) ressalta que a história da literatura brasileira é, em grande medida, a história de “[...] uma imposição cultural que foi aos poucos gerando expressão literária diferente, embora em correlação estreita com os centros civilizadores da Europa” (Candido, 2010, p. 13-14).

Em *Macunaíma*, na verdade, Mario de Andrade nos faz refletir sobre uma memória familiar de sujeitos de personalidades distintas, revelando um outro lado encoberto pela História Oficial. Entretanto, mesmo que o autor modernista tentasse nos apresentar uma literatura de fato brasileira, não conseguiu fugir dos modelos europeus, caindo nos mesmo erros dos escritores românticos.

Mario de Andrade acreditava que cultuava o nacionalismo de forma crítica, no entanto, a própria crítica falhou “[...] quando viu, por exemplo, no uso das formas clássicas e da mitologia greco-latina uma diminuição e um subserviência” (Candido, 2010, p. 15), pois, na verdade, “[...] elas eram a maneira de afirmar a nossa realidade de ‘segunda’ Europa, para repetir o conceito de Ruggero Jacobbi” (Candido, 2010, p. 15). Partindo de tais informações, é importante destacar que cabe aos leitores de literatura e aos críticos observar os limites da obra escrita por Mario de Andrade, ressaltando inovações e repetições em relação àquilo que já se fazia em nossa arte literária, reconhecendo o lugar de *Macunaíma* em meio a literatura brasileira.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como foco refletir sobre como se dá a memória e a história em *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Mario de Andrade reflete na obra sobre a memória familiar de um indivíduo que é, ao mesmo tempo, criança e adulto, forte e fraco, humano e não-humano.

O autor Mario de Andrade nos faz pensar de forma bastante reflexiva sobre o nosso país, abordando os nossos problemas sociais, políticos e econômicos. Desse modo, a memória em *Macunaíma* se dá como uma forma de recontar uma outra narrativa do Brasil, que foi esquecida, sonegada pelos ideais de beleza e sedução pregados pelo romantismo.

Desse modo, o estudo da memória, neste trabalho, apresenta-se bastante importante, pois nos faz refletir sobre a verdadeira realidade brasileira. Importa compreender que a memória trata-se de “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (Nora, 1993, p. 09); em contrapartida, a história consiste em “[...] uma representação do passado” (Nora, 1993, p. 09). De acordo com Le goff (2003), compete aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores,



jornalistas, sociólogos lutar pela democratização da memória social um dos deveres preferenciais da sua segurança científica.

Além disso, Mario de Andrade, ao recontar uma realidade outra do Brasil, faz-nos refletir de forma profunda sobre a figura do indígena e da sua impossibilidade de se constituir como sujeito de sua própria história. No entanto, o modernista acaba repetindo os erros dos românticos, isto é, o de seguir modelos literário advindos da Europa.

De acordo com Candido (2010), os românticos tinham doutrinado o índio, conferindo a eles os arquétipos do cavalheirismo tradicional. Os modernistas, por sua vez, buscaram no índio, o negro, o primitivo, que introduziram nos padrões da cultura dominante como atualização e ruptura dos preceitos acadêmicos. No entanto, nesse combate, muitos terminaram no artificialismo semelhante ao dos românticos, principalmente pelo fato de buscar na tradição indígena estímulo para um patriotismo que servia apenas de enfeite. Desse modo, alguns modernistas secundários da cidade de São Paulo culpavam as vertentes universais e destruidoras, formando o grupo verde- amarelo, ufanista e sentimentalista, que acabou de forma política em condutas obsoletas.

Acreditamos ter alcançado o nosso objetivo geral que era o de refletir sobre a memória e a história em *Macunaíma*, mostrando que a memória no romance se dá como uma forma de recontar a verdadeira história do Brasil, encoberta pelas ideias de beleza e sedução pregados pelo romantismo, tendo o nacionalismo como ideologia dominante, que apresentava uma nação forte, valente e harmoniosa. Essa ideologia, na verdade, mascarava que nos de fato somos, isto é, um país jovem, sem identidade e repleta de problemas políticos, sociais, culturais e até religiosos. A verdadeira história do Brasil é que o nosso país não foi “descoberto”, mas invadido, explorado e saqueado pelos europeus, que impuseram a sua cultura, exterminando diversos indígenas que habitavam em nosso país, bem como a sua religião, quando os catequizaram e impuseram o uso de uma língua e de costumes estrangeiros.

Desse modo, como este artigo esperamos ter trazido reflexões relevantes no que concerne ao estudo da memória, para que ocorra o que Le Goff (2013) aconselha, isto é, o de trabalhar para que a memória coletiva funcione para a libertação e não para escravidão dos homens, servindo para resgatar o passado com o objetivo de trazer sentido ao presente e também ao futuro.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Ática, 1982 (Série Bom Livro – Coleção José de Alencar).
- ALENCAR, José de. **O guarani**. São Paulo: Ática, 1982 (Série Bom Livro – Coleção José de Alencar).
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.
- BARRETO, Mêrivan Rocha. *Makunaima/ Macunaíma* Theodor Koch- Grünberg e Mário de Andrade,



entre fatos e ficções. 2014. 93f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, PPGLS, UFPA, Bragança, PA. CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira**. 6 edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

NEIVA, Luciano Santos; VIEIRA, Nanci Rita Ferreira. Representações nacionalistas na formação histórico-literária brasileira. **Ipotesi** (UFJF. Impresso), v. 18, p. 63-72, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares** In: Projeto História. São Paulo, n.10, dez. 1993.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Fonte digital, 1928.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe nacionalismos: paradoxos do nacionalismo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RAMA, ÁNGEL. **Literatura e cultura na América Latina**. Organização Flávio Aguiar, Sandra Guardini T. Vasconcelos. Tradução Raquel la Corte dos Santos, Elza Gasparotto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel. **Viagens de Mario de Andrade: A construção Cultural do Brasil**, 2012. 203f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP.